

## Do Relatório Rockefeller ao Comitê de Santa Fé: a Igreja Católica da América Latina ante a desconfiança do tio Sam (1969-2000)

From the Rockefeller Report to the Santa Fe Committee: the Catholic Church of Latin America in the face of Uncle Sam's distrust (1969-2000)

Osnar Gomes dos Santos\*

**Resumo:** O artigo que segue pretende analisar formulações geopolíticas norte-americanas contra as inclinações progressistas da Igreja Católica na América Latina. Formulações elaboradas entre os anos de 1969, quando foi publicado o relatório Rockefeller, e 2000, ano de lançamento do último documento de Santa Fé. O relatório Rockefeller foi publicado após a visita do então governador de Nova York, Nelson Rockefeller, à América Latina. Algumas de suas linhas trataram de uma suposta penetração subversiva na Igreja Católica latino-americana. Essa crença motivou a desconfiança de próceres da Casa Branca sobre a Igreja naquele continente. Alguns anos depois surgiu o Comitê de Santa Fé. Este potencializou as suspeitas sobre inclinações da Igreja Católica, entendidas enquanto ameaças aos interesses geopolíticos norte-americanos. A fim de analisar algumas das estratégias montadas para arrefecer o impulso reformador de frentes católicas, será necessário incorporar ao trabalho estudos sobre as doutrinas de segurança dos Estados Unidos. Ademais, chaves explicativas de sociólogos da religião, como Michael Löwy, serão importantes para o artigo. Tendo em vista o interesse em compreender a complexidade das hostilidades sofridas pela Igreja ante a ofensiva da Casa Branca no período mencionado.

**Palavras-chave:** Relatório Rockefeller. Comitê de Santa Fé. Igreja Católica.

**Abstract:** The following article intends to analyze north american geopolitical formulations against the progressive inclinations of the Catholic Church in Latin America. Formulations elaborated between 1969, when the “Rockefeller Report” was published, and 2000, the year when the last Santa Fé document was released. The Rockefeller report was published after the visit of then-New York governor Nelson Rockefeller to Latin America. Some of its lines dealt with an alleged subversive penetration in the Latin American Catholic Church. This

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

belief motivated the suspicion of White House leaders about the Church on that continent. A few years later, the Santa Fé Committee emerged. This heightened suspicions about the inclinations of the Catholic Church, understood as threats to American geopolitical interests. In order to analyze some of the strategies put in place to cool the reform drive on Catholic fronts, it will be necessary to incorporate studies on United States security doctrines into the work. Furthermore, explanatory keys from sociologists of religion, such as Michael Löwy, will be important for the article. In view of the interest in understanding the complexity of the hostilities suffered by the Church in the face of the White House offensive in the period mentioned.

**Keywords:** Rockefeller report. Santa Fe Committee. Catholic Church.

### A Igreja Católica na América Latina entre Nelson Rockefeller e o Comitê de Santa Fé

Não foi à toa que o teólogo Leonardo Boff, nas páginas iniciais do seu polêmico trabalho *Igreja: carisma e poder*, afirmou que a descoberta dos mecanismos produtores do subdesenvolvimento latino-americano encetou uma onda de indignação no Terceiro Mundo. Movimentos de jovens, intelectuais e amplos setores da vida social e política passaram, nos anos 1960, a optar pela libertação popular das amarras de um subdesenvolvimento dependente e associado ao desenvolvimento dos países centrais (BOFF, 1982, p. 23-24). Para o teólogo, essa onda de indignação e “opção pelo povo” vitimado por iniquidades atingiu a Igreja.

Em fins da década de 1960, a Igreja Católica latino-americana dá o seu salto em direção à justiça social. Uma nova teologia é formulada na periferia do mundo. Nada condescendente com as injustiças no terreno político-econômico. Pensa numa nova concepção de pecado, o social, asseverando que “lutar pela justiça é lutar pelo Reino de Deus” (GOTAY, 1985, p. 90). O pietismo cristão, o espírito caritativo e o olhar contemplativo sobre os pobres foram sendo rechaçados. Em seu lugar, foi entoada uma opção pelos pobres. Com ela, uma aceitação das ciências sociais para a análise da realidade concreta e um engajamento dos cristãos na luta pela libertação das classes subalternizadas.

Esse ímpeto reformador da Igreja assustou próceres da política externa norte-americana. Alguns deles imaginavam que desse ímpeto poderia desabrochar um espírito nacionalista antiestadunidense. Baseavam-se em excêntricas doutrinas conhecidas por antever “ameaças” para os interesses dos Estados Unidos. Com o intuito de analisar de perto a situação do continente latino-americano, o então governador de Nova York esteve na

América Latina, em fins dos anos 1960, a mando do presidente Richard Nixon. Quando publicou o relatório “A qualidade de vida nas Américas”, fruto da sua viagem, não deixou de notar estranhas inclinações progressistas no interior da Igreja Católica na América Latina.

O texto “A qualidade de vida nas Américas” ficou mesmo conhecido como o “Relatório Rockefeller”. Um sinistro documento levantado pelo rico empresário e político Nelson Rockefeller que, aparentemente, versava sobre as relações econômicas entre os Estados Unidos e os países da América Latina.<sup>1</sup> Apenas aparentemente. Segundo o historiador Luis Fernando Ayerbe, o mandante da viagem, o presidente Nixon, sabia, desde fins da década de 1950, da existência de uma situação explosiva no continente. Quando era vice-presidente de Eisenhower, no ano de 1958, Richard Nixon realizou uma fatídica visita a vários países latino-americanos, sendo ele mesmo “alvo de agressões que chegaram a colocar sua própria segurança em risco” (AYERBE, 2002, p, 160).

Por isso, ao se tornar presidente, envia para o continente seu aliado-mor Nelson Rockefeller. De acordo com Ayerbe, o interesse era o de consultar dirigentes políticos latino-americanos sobre as políticas a serem formuladas no âmbito do hemisfério ocidental (*ibidem*, p. 160-161). Uma visita especial, com um enorme significado geopolítico. Esquadrinhando amplos setores da vida social e política latino-americana, da cultura à economia, Nelson Rockefeller notou um estranho comportamento da Igreja Católica no continente. E sobre esse comportamento, apontou possíveis problemas para a política externa dos Estados Unidos.

Na década de 1980, foi formado um grupo de pressão batizado de Comitê de Santa Fé. Formado por intelectuais, embaixadores e renomados títeres da Casa Branca. Dentre eles, L. Francis Bouchez, Roger W. Fontaine, David C. Jordan, Gordon Summer e Lewis Tambs. Rapidamente, os membros do Comitê se converteram em assessores do governo Reagan, alguns ocupando diretorias de influentes *think tanks*, outros se acastelando em embaixadas de países sul-americanos.<sup>2</sup> O Comitê de Santa Fé lançou quatro documentos, entre os anos de 1980 a 2000. Basicamente, todos eles tinham a mesma estrutura. Pareciam servir como um

---

<sup>1</sup> Cf. ROCKEFELLER, Nelson. *A qualidade de vida nas Américas. Relatório da Missão Especial dos Estados Unidos da América*, 30 de agosto de 1969, 156 p.

<sup>2</sup> Lewis Tambs editou o documento e exerceu forte influência também no governo Bush pai. Foi embaixador dos Estados Unidos na Colômbia. David Jordan foi embaixador dos Estados Unidos no Peru. Roger Fontaine, correspondente diplomático, foi diretor de Assuntos Latino-Americanos do Conselho de Segurança Nacional estadunidense. Outros integrantes do Comitê chegaram a compor cadeiras na ONU na condição de representantes do governo Reagan. Para maiores detalhes sobre os membros do Comitê de Santa Fé, ver: MATIJASCIC, Vanessa. *El Salvador: da guerra civil às reformas institucionais dos anos 1990*. Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, São Paulo, 2014, p. 38-39.

manual de instruções para governos neoconservadores estadunidenses; alertando, de modo paranoico, os perigos da penetração do comunismo no hemisfério ocidental.

Inalados por uma lógica de pseudoproteção, o Comitê de Santa Fé nasceu com o intuito de apresentar um programa de política externa totalmente distinta daquela seguida pelo então presidente Jimmy Carter. Até mesmo instituições norte-americanas eram rigidamente criticadas pelo Comitê. A título de exemplo, a Comissão de Relações entre os Estados Unidos e a América Latina e o Instituto de Estudos Políticos (IPS) eram responsabilizados pelo “processo de acomodação pelo qual a América Latina foi excluída da estratégia dos EUA”.<sup>3</sup>

Do primeiro ao último documento de Santa Fé, foram reveladas as preocupações com o “giro à esquerda” da Igreja Católica. Um “giro” compreendido enquanto penetração de forças marxista-leninistas no interior da Igreja. Nem mesmo o documento de Santa Fé IV, versando sobre assuntos que iam do combate às drogas ao processo de desindustrialização, poupou os temores diante de uma teologia latino-americana voltada para a opção pelos pobres, contra a pobreza e em favor da justiça social.

### A América Latina na mira do tio Sam

O interesse dos Estados Unidos pela América Latina vinha de longe. Seguiam-se um sem número de doutrinas formuladas pelos próceres da política externa dos Estados Unidos que apontavam os riscos para o país em caso do “Novo Mundo” ser recolonizado por potências europeias. A mais famosa delas foi a Doutrina Monroe, formulada ainda no século XIX. Ela imprimiu três pontos nodais: (1) nenhuma colonização europeia no “Novo Mundo”, a saber, nos países do continente americano; (2) abstenção dos Estados Unidos em assuntos europeus; e (3) oposição dos Estados Unidos à intervenção europeia dos governos do Hemisfério Ocidental.<sup>4</sup>

A doutrina se tornou multinacional e compatível com os interesses da famigerada Organização dos Estados Americanos (OEA), que chegou a proclamar pela *Declaração de Caracas*, em meados do século XX, mais precisamente no ano de 1954:

A dominação ou o controle das instituições políticas de qualquer estado americano pelo movimento comunista internacional, estendendo a este hemisfério o sistema político de uma potência extracontinental, constituirá

<sup>3</sup> Cf. *Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina*. Apresentação de Fernando Peixoto. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 28-29.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 24-25.

uma ameaça à soberania e à independência política dos estados americanos, fará perigar a paz na América, e suscitará um encontro de consulta para a adoção de uma política apropriada, de acordo com os tratados vigentes.<sup>5</sup>

A *Declaração de Caracas* apontou um novo inimigo vindo da Europa: o Movimento Comunista Internacional (MCI). O “perigo comunista” alimentou o potencial intervencionista norte-americano na América Latina. Temiam que o continente debandasse para o lado do inimigo; que servisse de ponte para a expansão do poder global da União Soviética. Antes da *Declaração de Caracas*, já havia sido formulada outra famosa doutrina: a Doutrina Truman.

Elaborada logo após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos interpretaram o comunismo soviético como a sua maior ameaça geopolítica e se viram como os “bombeiros” da Europa em ruínas. Também por este último motivo, a Doutrina Truman repensou alguns pontos de antigas doutrinas que não recomendavam a intervenção estadunidense em assuntos que fugissem da órbita do continente americano.

Mas numa coisa a Doutrina Truman era idêntica à maioria das doutrinas norte-americanas: também apontava o caráter *excepcional* dos Estados Unidos diante de outras nações. Assim como as outras doutrinas, ela coroava os Estados Unidos como “xerifes” do mundo. Aqueles que podem intervir em um país, sob o mantra de que estão apenas apoiando “os povos livres que resistem a todas as tentativas de dominação” (COMBLIN, 1978, p. 40). De acordo com o estudo de Joseph Comblin, a ideia de guerra fria formulada pela Doutrina Truman forneceu uma chave para interpretar tudo o que poderia acontecer no mundo. Diz Comblin:

Cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou. Seria necessário, portanto, reagir dentro do contexto da guerra fria, como se se tratasse de uma ameaça à segurança dos Estados Unidos (COMBLIN, 1978, p. 40).

A antiga política isolacionista de um país voltado apenas para o seu continente foi sistematicamente abandonada pelos ideólogos do governo Truman. Nesse período, as escolas militares americanas montaram o que ficou conhecida como a Doutrina da Segurança Nacional. Com ela, os Estados Unidos potencializaram a sua paranoia ante

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 25-26.

ameaças à sua segurança interna e à sua missão de resguardar os interesses do “mundo livre”, do capitalismo e dos valores do Ocidente.<sup>6</sup>

Nas palavras de Joseph Comblin, a ideologia da segurança nacional formou uma nova burocracia. Esta não era dirigida por militares, mas por civis não estabelecidos à margem dos serviços tradicionais do Departamento de Estado norte-americano. Pelo contrário, a nova burocracia estava mais ligada à Casa Branca, “quer se trate do Conselho de Segurança Nacional ou dos serviços do presidente (os homens do presidente do tempo de Nixon)” (*Ibidem*, p. 119).

Com a Doutrina da Segurança Nacional, os próceres da nova burocracia americana abraçavam de vez a absorção da política interna na política externa. Haja vista que, segundo Comblin, os conflitos internos eram vistos por eles como o resultado da ação do inimigo externo. Os conflitos internos seriam, assim, vistos enquanto manipulados pela ação do comunismo internacional (*Ibidem*, p. 219). A ideologia da segurança nacional dava ainda maior caldo para a nova burocracia acreditar que a agressão externa poderia vir de forma indireta.<sup>7</sup> Quer dizer, acreditava-se que era parte da nova estratégia do comunismo internacional a infiltração de seus elementos em instituições da sociedade civil e política de um determinado país, a fim de desestabilizá-lo politicamente.

Quais seriam essas instituições? Segundo Comblin, elas formavam uma “frente de subversão”. Nesta frente, existiam três setores sociais que despertavam uma maior vigilância dos serviços de inteligência. Eram eles: o movimento sindical, as universidades e a Igreja Católica, ou a chamada “Igreja revolucionária” (COMBLIN, 1978, p. 86). Sobre as movimentações no interior deste último setor, a Igreja Católica, os próceres da política externa norte-americana se mostraram demasiadamente atônitos. Não admitiam a “guinada à esquerda” de parcela importante do clero católico na América Latina.

A instituição religiosa na América Latina, vista como aliada histórica dos interesses norte-americanos na região, agora passava a ser notada com intensa desconfiança. Diante do avanço de uma mentalidade progressista na Igreja, a nova burocracia procurou compreender as suas causas para obstaculizar possíveis brechas para a “penetração subversiva” no âmago daquela instituição. Os Estados Unidos, norteados pela missão

---

<sup>6</sup> Sobre ela, ver: COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>7</sup> Já no início de 1964, o general norte-americano George Mather deu palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) e destacou que “a principal ameaça a que o Brasil estava exposto era mais a da ‘subversão comunista e agressão indireta, do que a agressão direta vinda de fora do hemisfério’”. O General Mather era Comandante da delegação americana na Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos e Chefe do Programa de Assistência Mútua. Cf. DREIFUSS, René. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 81.

idealista de salvaguardar o “mundo livre”, compreendiam a importância de manter a ordem no seu *backyard*, a América Latina: um continente em convulsão.

Não à toa, no ano de 1969, o presidente Nixon encomendou ao então governador de Nova York, Nelson Rockefeller, uma visita especial a países latino-americanos. Era preciso saber para onde estava indo o continente e as suas instituições. Dentre elas, a Igreja Católica. O artigo que segue pretende analisar dois dos principais “olhares suspeitos” de títeres de Washington sobre as movimentações que ocorriam no interior da Igreja Católica na América Latina: o relatório Rockefeller e os documentos de Santa Fé.

### **Colhendo informações: uma visita especial**

Visitar à América Latina era parte da missão de Nelson Rockefeller. O então governador de Nova York, com um dos sobrenomes mais famosos do mundo, ficou encarregado de colher informações sobre um continente em polvorosa. O ano era 1969, uma década depois do triunfo da revolução que despertou sonhos para alguns e pesadelos para outros. Os ímpetus reformistas e revolucionários no continente assombravam o governo norte-americano. Ademais, os rumos dos golpes de Estado que sacudiam a América Latina também geravam as maiores preocupações. Estaria a América Latina sob o risco de uma política antiestadunidense?

De todos os países visitados no continente foi no Brasil que Nelson Rockefeller teve a sua estadia mais longa. A extensa matéria do *Correio da Manhã* detalhou os primeiros passos do governador norte-americano nas terras brasileiras. Desembarcou no Aeroporto Militar em Brasília às 17h: 30min da tarde, no mês de junho de 1969. Foi recebido pelo famoso banqueiro, ex-governador de Minas Gerais e então ministro de Relações Exteriores, Magalhães Pinto. Era o pontapé inicial da sua visita de 80 horas pelo país. Segundo a matéria do *Correio da Manhã*, do aeroporto, o enviado de Nixon foi direto ao Palácio da Alvorada, para se encontrar com o marechal que presidia o país, Costa e Silva.<sup>8</sup>

As palavras de Rockefeller, que estampavam capas de jornais, versavam sobre o suposto caráter da visita especial ao Brasil, o primeiro país a passar pelo seu crivo. Disse o governador nova-iorquino, como se fosse o seu argumento-chave para justificar a sua visita:

O presidente Nixon encarregou-me dessa missão. Uma missão de vir aqui e de ouvir o Brasil. Ouvir, aprender e compreender os seus pontos de vista,

---

<sup>8</sup> Cf. “Rockefeller diz que veio para ouvir e compreender o Brasil”. In: *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1969, p. 1.



não para trazer conselhos, mas sim para receber conselhos. Não para oferecer opiniões, mas sim ouvi-las e transmiti-las ao presidente dos Estados Unidos. Não trago um programa novo, nem soluções simples, nem *slogans*. Desta missão podem resultar novas políticas dos Estados Unidos. Mas esta missão não as traz consigo.<sup>9</sup>

Ademais, Rockefeller afirmou que estava acompanhado por “uns vinte norte-americanos especialistas em todos os assuntos principais que preocupavam os nossos países”.<sup>10</sup> Estes especialistas que o acompanhavam ampliariam a sua colheta de informações. Segundo o governador, enquanto ele conversava com Costa e Silva, e com outros importantes dirigentes do seu governo e do setor privado, os seus acompanhantes estariam dialogando com outras lideranças sobre temas que iam de educação e economia à ciência e às artes.<sup>11</sup>



Imagem 1. “Rockefeller diz que veio para ouvir e compreender o Brasil”. In: *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1969, p. 1.

O discurso de Nelson Rockefeller claramente apontava para um caráter supostamente despretensioso e amistoso da sua presença na América Latina. Parecia uma viagem tranquila, sem maiores tensões. Mas não era bem assim. A visita era de suma importância e parte da estratégia de obter informações sobre um continente que vivenciava os seus dilemas políticos e sociais. O próprio desenrolar da visita testemunhava contra a ideia de uma “visita casual”. À época dos acontecimentos, o *Correio da Manhã* asseverou que as medidas de segurança montadas para receber o governador “foram as mais restritivas até hoje aplicadas nesta capital”.<sup>12</sup> Ademais, foi dito que:

<sup>9</sup> Cf. “Rockefeller chegou na hora marcada”. In: *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1969, p. 8.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> Cf. “Esquema de Segurança foi bem montado”. In: *Correio da Manhã*, 17 de junho de 1969, p. 8.



O Aeroporto Militar e todas as vias de acesso à cidade estavam guardados por policiais e soldados à paisana, identificáveis por uma fita vermelha colocada na camisa esporte. Ao longo do eixo monumental (rodoviário) viam-se soldados da Política Militar, enquanto um helicóptero da Aeronáutica sobrevoava todo o percurso da comitiva do sr. Nelson Rockefeller.<sup>13</sup>

A presença do “homem de Nixon” não tinha nada de desimportante. Nelson ainda chegou a orbitar pelo Congresso Nacional, para lá se encontrar com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O encontro com ministros que compunham o governo também fazia parte dos planos da viagem. Nada disso parece testemunhar uma viagem casual de um representante-mor da política de Nixon, acompanhado por um punhado de especialistas sobre os mais variados assuntos de interesse geopolítico.

De acordo com Joseph Comblin, a partir de 1968, os Estados Unidos se encontraram numa encruzilhada no continente latino-americano. Além dos impasses socioeconômicos e políticos vivenciados pelo continente, preocupava a Casa Branca o número de militares que sujeitavam o tema da segurança interna ao tema do desenvolvimento (COMBLIN, 1978, p. 145). A emergência de um nacionalismo militar em países latino-americanos provocou o medo de que esse nacionalismo se voltasse contra os interesses dos Estados Unidos. Para Comblin, isso explicaria o resultado final da visita nada casual do governador nova-iorquino: a produção do relatório Rockefeller.

Foi em agosto de 1969 que nasceu o relatório Rockefeller. Continha todas as informações colhidas na missão do prócer do governo Nixon. Por ele se tem uma maior dimensão das motivações da viagem pela América Latina. Avaliações sobre a situação dos militares e sobre as instituições da sociedade civil e política. No geral, uma análise sobre o a chamada “qualidade de vida nas Américas”, que findou por servir como mote à formulação do plano de governo de Nixon para o continente.<sup>14</sup> Algo nada desprezioso.

Acerca da sociedade civil, um jornalista do *The New York Times* observou que o relatório apontava ser “amplamente visível” que as forças tradicionais conhecidas por suportar o velho *status* da América Latina – a Igreja Católica e os militares – estavam se

---

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> Nas conclusões do relatório, sob o título de “A qualidade de vida nas Américas”, o tom pessimista se sobressaía. Falou-se da instabilidade política e social no continente, das tendências de recorrer a soluções autoritárias ou radicais e da intensificação de um nacionalismo por todo o espectro das organizações políticas, “frequentemente expressado em termos de independência do domínio e da influência dos Estados Unidos”. Cf. Cf. ROCKEFELLER, Nelson. *A qualidade de vida nas Américas. Relatório da Missão Especial dos Estados Unidos da América*, 30 de agosto de 1969, 156 p. Para uma análise das conclusões finais do relatório, ver: AYERBE, Luis. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 161.

voltando para “atitudes progressistas” (apud LIMA, 1987). À primeira vista, os Estados Unidos consideravam haver algo de positivo nisso. Entretanto, esse “novo estado de coisas” estaria criando “um dilema para os americanos”. Sobre os militares, era preciso frear impulsos nacionalistas antiamericanos (COMBLIN, 1978, p. 147). Sobre a Igreja, diz-se que, embora passando a incentivar reformas positivas na sociedade, era possível que ela se tornasse um “canal adicional a um nacionalismo intenso”. Compulsoriamente, poderia ela dar a sua guinada para o antiamericanismo (apud LIMA, 1987, 41-43).

De acordo com o importante estudo de Décio Monteiro Lima, o relatório Rockefeller assinalou que as comunicações modernas e o aumento da educação provocaram uma agitação entre o povo, impactando tremendamente a Igreja Católica. Isso a teria tornado uma força dedicada à mudança – mesmo revolucionária se necessário. Além disso, foi apontado que a instituição poderia estar na mesma situação que a dos jovens, embebida por um profundo idealismo; em alguns casos, vulnerável à “penetração subversiva”. Estaria ela, asseverava o relatório, pronta para empreender uma revolução, se necessário, a fim de acabar com as iniquidades (LIMA, 1987, p. 41-43).

O caráter do relatório Rockefeller denuncia uma intensa operação norte-americana para compreender os impasses políticos e sociais vivenciados na América Latina. Mas não se encerrava por aí. Tem em si a pretensão de estabelecer como os Estados Unidos poderiam intervir na situação para impedir o avanço de forças ameaçadoras ao que entendiam enquanto a segurança dos “povos e do mundo livre”, a dizer: os próprios Estados Unidos e os países do hemisfério Ocidental.

Dos setores da sociedade civil e política, o relatório esquadrinhou as transformações que ocorriam no interior da Igreja Católica latino-americana. Esta instituição não parecia mais inspirar plena confiança dos titeres da Casa Branca. Passaria a estar sob o crivo da nova burocracia. O relatório Rockefeller revelava as suspeitas de segmentos da política externa norte-americana às movimentações que varriam as antigas posições da Igreja na tessitura política e social. A animosidade seria potencializada com os documentos de Santa Fé, publicados entre 1980 e 2000.

### **As transformações na Igreja Católica da América Latina**

Dois acontecimentos distintos, sem conexão um com o outro, colidiram em fins da década de 1950. Um era eminentemente político. O outro era religioso, porém tinha um sentido profundamente político. Na América Latina, esses dois acontecimentos se

encontraram de um modo particular. Afinal, o primeiro aconteceu num pequeno país localizado no centro do continente. E o segundo, embora tenha emergido na Europa, atingia o âmago da sua mais popular instituição. De acordo com o sociólogo Michael Löwy, esses dois acontecimentos marcaram um novo período nas relações entre religião e política na América Latina. Foram eles: o triunfo da Revolução Cubana e a sagração do papa João XXIII (LÖWY, 2000, p. 7).

A defesa de Löwy sobre os impactos desses dois acontecimentos na vida da Igreja Católica latino-americana oferece uma importante contribuição para a apuração da virada dessa instituição religiosa. De fato, a Revolução Cubana mostrou ao continente que uma saída radical para os seus problemas socioeconômicos era possível. A radicalização política parecia mostrar que a pobreza do Terceiro Mundo não era parte de uma fatalidade histórica, mas um produto de estruturas iníquas. A radicalização fazia a Igreja tomar distintas posições.

Para o sociólogo brasilianista Scott Mainwaring, tanto a esquerda quanto a direita católica superestimavam o potencial revolucionário do continente: “Cuba inspirava algumas pessoas a intensificar seus esforços para promover uma mudança radical; outras, a adotar defesas intransigentes da ordem vigente e outras, ainda, a promover o reformismo como meio de abortar a revolução” (MAINWARING, 2004, p. 64). De acordo com Mainwaring, o impulso reformista foi o mais forte.

Já vinha de décadas atrás o olhar mais profundo da Igreja sobre os assuntos temporais. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a Igreja europeia passou a absorver inovações teológicas que revisavam, de modo inédito, dualidades da tradição cristã, conhecidas por opor o mundo material ao mundo espiritual. Segundo a pesquisa de Bresser-Pereira sobre as transformações na Igreja Católica, particularmente a Igreja francesa passou por um profundo processo de modernização naquele período do pós-guerra (2006, p. 131). A teologia francesa, marcada pelo seu avanço expressivo, foi abraçada por uma multiplicidade de religiosos do país com o maior número de católicos do mundo, o Brasil.

Neste país latino-americano foram criados movimentos especializados que rompiam com o modelo centralizador da Ação Católica italiana e passavam a seguir o modelo francês, mais aberto e atinente aos dilemas sociopolíticos (LIBÂNIO, 2000, p. 115). A Juventude Operária Católica (JOC), por exemplo, inspirava-se nas experiências dos padres operários franceses. Estes, ao se perguntarem sobre os motivos da Igreja estar perdendo os operários, convertiam-se eles mesmos em obreiros, buscando a reconversão dessa classe através de um testemunho vivencial (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 131). Inspirados em experiências como

essa, movimentos especializados da Igreja na América Latina começavam a sua inserção no meio social.

Daí emerge a importância da sagração do papa João XXIII para o ganho de consistência na virada político-ecclesial da Igreja Católica. Esse papa convocou um novo evento conciliar, que acabou por legitimar as inovações da Igreja no campo ecumênico, pastoral e dialógico da instituição com o mundo moderno. Esse evento foi o Concílio Ecumênico Vaticano II, iniciado no ano de 1962 e encerrado no ano de 1965, quando a Igreja Católica já estava sob um novo papado. O impulso reformista da instituição ganhou novos ares, especialmente na América Latina: continente que assistia tanto ao desenrolar de um processo revolucionário quanto à emergência de golpes de Estado.

Conforme informações levantadas pelo teólogo João Batista Libânio, ao fim do Concílio Vaticano II, percebendo a necessidade de conscientizar a Igreja latino-americana, o papa Paulo VI a encorajou a se encontrar com os desafios trazidos pelo evento conciliar (LIBÂNIO, 2000, p. 126). No ano de 1968, a Igreja na América Latina dá um salto em direção ao espírito reformador das estruturas com a abertura da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín. A conhecida Conferência de Medellín acabou por ser a aplicação do Vaticano II à realidade da Igreja latino-americana.

Consoante afirmativa de Libânio, a conferência foi “o evento mais importante na década de 60 para o salto qualitativo da Igreja da América Latina numa linha social” (*Ibidem*). Medellín condenou as formas de marginalização<sup>15</sup>, denunciou a “violência institucionalizada” no continente<sup>16</sup> e replicou as desconfianças da Igreja latino-americana ao modelo excludente de desenvolvimento.<sup>17</sup> Tipos de denúncias explosivas numa América Latina tomada por ímpetus revolucionários, golpes de Estado, concentração de riquezas e enrijecimento de regimes autoritários.

A Conferência de Medellín deu ainda mais consistência aos compromissos sociais afirmados por um sem número de setores da Igreja; ademais, encorajou até os setores mais conservadores à observação das mazelas sociais e injustiças de ordem econômica e política. Nas conclusões de Medellín, um tópico sobre a Igreja condenou taxativamente a indiferença cristã ante as iniquidades estruturais. Asseverou para o episcopado nos seguintes termos:

<sup>15</sup> Cf. CONCLUSÕES DE MEDELLÍN. *II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. São Paulo: Paulinas, 1968. Ver tópico “Tensões entre classes e colonialismo interno”.

<sup>16</sup> *Ibidem*. Ver tópico “O problema da violência na América Latina”.

<sup>17</sup> *Ibidem*. Ver tópicos: “Tensões entre classes e colonialismo interno” e “Tensões internacionais e colonialismo externo”. Ver também a consideração sobre a industrialização no tópico “Orientação da mudança social”.

O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria dos nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana.<sup>18</sup>

Desse modo, um chamado era feito aos membros da Igreja para viver a “pobreza evangélica”. Lembravam que Cristo não só “amou aos pobres, mas também, ‘sendo rico, se fez pobre’, viveu na pobreza, centralizando sua missão no anúncio da libertação aos pobres”.<sup>19</sup> O esforço para a Igreja agir em favor dos pobres não era uma ode à pobreza social. Esta era condenada enquanto um pecado estrutural. Por isso, o assistencialismo era rejeitado por pouco se preocupar em “modificar o *status quo*”.<sup>20</sup>

A defesa pela justiça social foi virando um mote na Igreja latino-americana. Era claro e cristalino que essa defesa não se assentava aos modelos econômicos de cunho modernizante e autoritário das ditaduras na América Latina. Ao passo em que a Igreja avançava em suas denúncias contra o arbítrio e contra as estruturais de poder, mais a sua relação com o Estado estremecia. Não à toa, militares latino-americanos ideologizados pela Doutrina da Segurança Nacional percebiam a Igreja como fator de desestabilização.

Não à toa também, os arquitetos dessa mesma doutrina, isto é, os títeres da Casa Branca, mostravam-se atentos ao processo de transformação que a instituição religiosa vivia no continente. O relatório Rockefeller foi um consistente documento da política externa norte-americana para a América Latina que revelou o olhar atento e desconfiado dos instrumentos de segurança dos Estados Unidos sobre as movimentações no interior da Igreja Católica. Logo viriam outros. Dos mais especiais, formulados por um grupo nada episódico dos círculos de poder do Estado norte-americano, estiveram os “documentos de Santa Fé”.

### **A Igreja Católica nas páginas dos documentos de Santa Fé**

No ano de 1980, na capital do Novo México, tomou corpo o Comitê de Santa Fé. Formado por opositores hostis da política externa do governo Jimmy Carter, o Comitê acreditava que a influência dos Estados Unidos na América Latina estava em risco. Por isso, elaborou um extenso documento com o interesse de que ele fosse útil para formular recomendações geopolíticas, especialmente no que concernia às relações Estados Unidos-

---

<sup>18</sup> *Ibidem*. Ver tópico “Pobreza da Igreja”.

<sup>19</sup> *Ibidem*. Ver “Motivação Doutrinária” do tópico “Pobreza da Igreja”.

<sup>20</sup> *Ibidem*. Ver tópico “Pastoral das Elites”.

América Latina, para o então candidato do Partido Republicano à presidência do país, o conservador Ronald Reagan.

Segundo as considerações feitas por Fernando Peixoto, no tocante ao primeiro documento do Comitê de Santa Fé, embora não tivesse um caráter oficial, o documento aventava um perigoso programa que parcialmente foi seguido pela Casa Branca.<sup>21</sup> O diagnóstico do primeiro documento de Santa Fé era marcado pelo tom eminentemente pessimista. O mundo vivia um dos estágios da Terceira Guerra Mundial e a política exercida pelos Estados Unidos era vacilante em relação às ameaças externas que se avizinhavam. Recuperando elementos da Doutrina Monroe, o Comitê de Santa Fé proclamava que “certas atividades no hemisfério ocidental não podem ser interpretadas ‘sob nenhuma ótica que como manifestação de disposição inamistosa contra os EUA’”.<sup>22</sup>

A intensa paranoia psicossocial que o documento invocava revela uma explícita apologia ao intervencionismo norte-americano em países que supostamente ameaçavam a segurança do hemisfério ocidental e do “mundo livre”. Suas linhas versavam sobre os males do pluralismo ideológico, a parcialidade dos direitos humanos, a fraqueza das políticas de Carter diante das ameaças externas e a vulnerabilidade das instituições ante a “penetração subversiva”.

E foi esquadrinhando a subversão interna no continente que o primeiro documento de Santa Fé expôs as suas desconfianças sobre a Teologia da Libertação, uma das mais interessantes inovações teológicas da Igreja Católica produzida na América Latina. Sem rodeios, conclamou o documento:

A política externa dos EUA deve começar a enfrentar (e não simplesmente reagir a ela posteriormente) a teologia da libertação tal como é utilizada na América Latina pelo clero da “Teologia da Libertação”. O papel da Igreja na América Latina é vital para o conceito de liberdade política. As forças marxista-leninistas têm, lamentavelmente, utilizado a Igreja como arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando nas comunidades religiosas suas ideias que, antes de cristãs, são comunistas.<sup>23</sup>

Após a publicação do primeiro documento de Santa Fé, o grupo que formava o Comitê se manteve. Logo, voltou a se reunir. Produziram uma sequência de documentos que

<sup>21</sup> Cf. *Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina*. Apresentação de Fernando Peixoto. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 14.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 52.



analisavam a conjuntura política na América Latina. Documentos de Santa Fé II, III e IV foram publicados, respectivamente, em 1988, 1989 e 2000 (MATIJASCIC, 2014, p. 39). O segundo documento de Santa Fé foi muito além na condenação da Teologia da Libertação. Discorrendo acerca de uma suposta “ofensiva cultural marxista” no continente, os ideólogos de Santa Fé diziam acreditar que uma nova estratégia dos comunistas estava sendo posta em prática: controlar o regime político não mais através da guerrilha ou da conquista dos operários, mas da dominação da cultura da nação.<sup>24</sup>

Com esse tipo de crença, o documento de Santa Fé II logo viu instituições da sociedade civil e política em condição vulnerável diante da nova “ofensiva marxista”. Mais uma vez, os olhos desconfiados de próceres da política externa norte-americana se abriam para a Igreja Católica na América Latina. No mesmo tópico acerca da dita nova estratégia comunista, a Teologia da Libertação foi esquadrihada no documento. Seria essa um inédito fenômeno político e social ligado àquela “inovação marxista”. As classificações sobre a Teologia da Libertação não se encerravam ali. Ia além ao dizer que a teologia seria uma “doutrina política disfarçada de crença religiosa, com um sentido antilivre-empresa e antipapal, para enfraquecer a independência da sociedade do controle estatista”.<sup>25</sup>

Nos bastidores da política, Jeanne Kirkpatrick, uma importante membra do Comitê de Santa Fé, embaixadora nas Nações Unidas nos tempos do governo Reagan, punha uma estratégia em movimento. Pretendia aproveitar a sagração de um papa conservador para, junto dele, investir de flanco contra o clero progressista latino-americano ligado à Teologia da Libertação. Em suas próprias palavras, Kirkpatrick comentou sobre as relações com o novo papa:

Partilhávamos o interesse em desestimular cabeças de praia comunistas em nosso hemisfério. O Papa é muito anticomunista e tinha uma visão do mundo que não divergia muito da que tínhamos, aqueles de nós do governo Reagan, sobre o comunismo [...]. A questão da Igreja popular era um problema muito real. E o Vaticano, inclusive o Papa e todos os seus representantes, compartilhava da ideia de que a Igreja popular de fato negava a autoridade do Papa. E isso não era bem-vindo. Nem por nós nem pelo Vaticano (BERNSTEIN; POLITI, 1996, p. 372).

Já não havia mais uma mera desconfiança sobre a Igreja Católica na América Latina; mas uma hostilidade flagrante de importantes grupos de pressão dos Estados Unidos em

<sup>24</sup> Cf. DOCUMENTO DE SANTA FÉ II. Disponível em: <<http://www.elcorreo.eu.org/Documento-de-Santa-Fe-II1988?lang=es>>, acessado em 23 de julho de 2019.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

relação a segmentos do catolicismo latino-americano. Chegava ao ponto de figuras influentes da política externa norte-americana estabelecer contatos com o papa visando frear o avanço da, chamada por eles, “Igreja popular”.<sup>26</sup> Algumas ações foram desencadeadas para tal fim. Das mais emblemáticas a operação pensada pelo Coronel Oliver North.

Procurando organizar apoio político e militar para os grupos que se antagonizavam com o governo sandinista na Nicarágua, o Coronel North, segundo Michael Löwy, “começou a recrutar evangélicos ‘anticomunistas’ (com a benção da Casa Branca) para uma ‘rede de apoio privado’ às forças contrarrevolucionárias nicaraguenses” (LÖWY, 2000, p. 186-187). O governo sandinista era formado por inúmeros religiosos católicos. A própria revolução na Nicarágua contou não apenas com uma forte adesão de adeptos da Teologia da Libertação, mas teve entre os seus líderes padres e teólogos católicos. Os setores mais progressistas da Igreja latino-americana viam na revolução nicaraguense um símbolo de luta política com laivos cristãos. A estratégia do Coronel North foi importante para fortalecer a violenta oposição voltada contra o regime sandinista.

Outra estratégia adotada contra o impulso reformador da Igreja Católica na América Latina foi propalar um evangelismo conservador e pró-Estados Unidos pelo continente, em especial na América Central. O próprio Coronel North admitiu que o crescimento desse evangelismo fazia parte do planejamento estratégico norte-americano na região (STOLL apud LÖWY, 2000, p. 188). Quer dizer, a propagação de igrejas conservadoras pelo continente americano era uma das intenções do governo dos Estados Unidos, cujo objetivo central seria o de conter o avanço da Igreja popular.

Parecia perceptível até para a Igreja Católica a forte onda de ataques que vinham sendo orquestrados pelos Estados Unidos contra as suas frentes de atuação mais avançadas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma das mais importantes entidades episcopais do continente, chegou mesmo a emitir uma nota de apoio às denúncias realizadas pela Missão Evangélica da França sobre a proliferação de igrejas na América Latina, então financiadas pelos Estados Unidos. Segundo as denúncias, o objetivo da operação norte-

---

<sup>26</sup> A expressão usada por Kirkpatrick foi trabalhada pelo teólogo Leonardo Boff. Em seu livro *Igreja: carisma e poder*, Boff criou uma polêmica com o Vaticano em razão das duras críticas que teceu contra determinadas estruturas conservadoras no interior da Igreja. Condenou a clericalismo, o que chamou de igreja impositiva, que só faz obedecer às suas leis, e a Igreja dos “ritos e sacramentos”: alienada sobre si mesma e desencarnada; aliada dos ricos. Contra essa Igreja, o teólogo defendeu uma Igreja dos fracos e pobres; uma Igreja do “Povo-de-Deus”; dos espoliados; da diáspora e libertadora. Advogou pelas comunidades de base como uma expressão do “espírito comunitário” capaz de superar um tradicionalismo católico fechado para a participação popular (BOFF, 1982, p. 184-196, 205). Essa “Igreja popular” foi vista com total desconfiança pelos membros do Comitê de Santa Fé, como já mencionado.

americana seria o de veicular uma ideologia anglo-saxônica, “induzindo como modelo o conceito de vida das classes médias dos Estados Unidos”.<sup>27</sup>

### **CNBB apóia denúncias contra a proliferação de seitas na AL**

Imagem 2. “CNBB apóia [sic] denúncias contra a proliferação de seitas na AL”. In: *Estado de São Paulo*, 11 de setembro de 1983, p. 21.

Uma nota do jornal *Estado de São Paulo*, no ano de 1983, revelou as posições da CNBB, em concordância com as denúncias realizadas pela Missão Evangélica da França, acerca dos interesses geopolíticos norte-americanos por trás da proliferação do evangelismo pró-estadunidense. As denúncias diziam que esse evangelismo conservador desenvolvia uma espiritualidade que levava “ao imobilismo social, favorecendo os poderes estabelecidos”. Segundo o jornal, a CNBB passou a desenvolver no Brasil um levantamento sobre a proliferação das - chamadas por eles - “seitas” que aumentavam a cada ano.

Foi dito igualmente que a conferência episcopal brasileira lançou uma nota que apontava a constatação da missão francesa sobre o apoio que essas igrejas estavam recebendo de autoridades conservadoras, muitas vezes ditatoriais, que representavam os interesses de uma minoria privilegiada.<sup>28</sup> Na nota da CNBB, foi defendido que:

Estes grupos [...] são violentamente anticatólicos, na medida em que a Igreja fez uma opção pelos pobres. Esta Igreja [Católica] é acusada de fazer o jogo do comunismo, assimilado ao anticristo. O Relatório Rockefeller de 1969 e a declaração de peritos americanos que publicaram em 1980 o Documento de Santa Fé [...] projetam luz sobre a utilização dessas seitas pelos serviços norte-americanos para a defesa dos interesses dos EUA nos países da América Latina.<sup>29</sup>

A nota da CNBB, como se viu, jogou luz sobre as iniciativas do relatório Rockefeller e do primeiro documento de Santa Fé no esquema que visava enfraquecer a Igreja popular no continente. Sem dúvidas, as denúncias da CNBB e da Missão Evangélica da França tinham embasamento. Esteve na ordem do dia entre especialistas nos assuntos internacionais e ideólogos de grupos de pressão norte-americanos o desmantelamento do campo da Igreja mais aberto aos dilemas sociais. Concordando com o teólogo e pesquisador João Batista Libânio, desde o relatório Rockefeller até os projetos do Comitê de Santa Fé, a política desses

<sup>27</sup> “CNBB apóia [sic] denúncias contra a proliferação de seitas na AL”. In: *Estado de São Paulo*, 11 de setembro de 1983, p. 21.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

poderes internacionais é a da desconfiança, da agressão, de infiltração, de pressão sobre essa parte da Igreja e de sua teologia (LIBÂNIO, 1987, p. 22).

Para o teólogo não restava dúvidas da ligação entre o crescimento das igrejas religiosas de cunho conservador e a atuação desse ator social internacional. Porém, como bem apontou o sociólogo Michael Löwy, seria insuficiente explicar o sucesso desse novo evangelismo pela América Latina apenas partindo da ideia de que ele se deu graças aos pomposos recursos norte-americanos. Ainda assim, o sociólogo não desconsiderou a importância que os financiamentos externos exerceram para a proliferação dessas igrejas anticatólicas e conservadoras (LÖWY, 2000, p. 188-189).

Ademais, não dá para desconsiderar que o inicial olhar desconfiado de títeres da Casa Branca sobre a Igreja Católica latino-americana se converteu em engenhosas estratégias e atitudes de intensa hostilidade que obtiveram importantes êxitos. Nem mesmo o último dos documentos de Santa Fé, lançado no ano 2000 - quando a Teologia da Libertação se encontrava num descenso histórico - poupou a Igreja popular. Continuou a ser vista com a mesma insígnia de subversiva. A saber: um dos muitos canais que tinham por missão propalar o ideário comunista no continente.<sup>30</sup>

### Considerações finais

O estilo paranoico e beligerante de variadas doutrinas políticas norte-americanas potencializou progressivamente as desconfianças dos Estados Unidos sobre instituições da sociedade civil e política da América Latina. Este continente, substancial para os interesses geopolíticos daquele país, viveu impasses no campo político e social ao longo do século XX. Revoluções, golpes de Estado e ditaduras agitavam a América Latina. Uma nova burocracia estadunidense temeu que a convulsão latino-americana respingasse contra os seus interesses.

Essas preocupações resultaram em intensas intervenções de diferentes personagens da política norte-americana na América Latina. Nessa esfera que se justificou a visita especial do governador de Nova York ao continente. Nelson Rockefeller colheu informações e, em agosto de 1969, foi publicado um polêmico relatório sobre a “qualidade de vida nas Américas”. O relatório Rockefeller notou mudanças de direção em duas instituições

---

<sup>30</sup> DOCUMENTO DE SANTA FÉ IV. Disponível em: < [https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=http://www.oocities.org/proyectoemancipacion/documentossantafe/documentos\\_santa\\_fe.htm&prev=search](https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=http://www.oocities.org/proyectoemancipacion/documentossantafe/documentos_santa_fe.htm&prev=search) >, acessado em 24 de julho de 2019.

consideradas antigas conservadoras do *status quo*: As Forças Armadas e a Igreja Católica. Sobre os rumos desta última, o relatório expressou uma intensa desconfiança.

Na década de 1980, um grupo de pressão elaborou o primeiro dos seus documentos com formulações que desenhavam os riscos que os Estados Unidos corriam ante as conhecidas “ameaças externas”. Novamente, a Igreja Católica na América Latina apareceu como uma instituição a ser observada e a sua nova teologia a ser enfrentada sem demora. A “Igreja popular” passava a ser, cada vez mais, vista como um dos focos de penetração do comunismo internacional. Paulatinamente, as desconfianças converteram-se em posturas hostis, de enfrentamento indireto.

Foi assim com o financiamento de igrejas anticatólicas e pró-americanas pela América Central, com o fomento de forças contrarrevolucionárias na Nicarágua e com os contatos estabelecidos entre membros de grupos de pressão norte-americanos e o papa João Paulo II. O caráter intervencionista dos Estados Unidos na América Latina se manifestava sempre que os seus próceres interpretavam que a segurança interna do seu país estava em perigo. Bastava que um governo ou uma instituição da sociedade civil procurasse imprimir uma ação mais voltada para o social, a partir do questionamento das estruturas produtoras de iniquidade, para que o caráter intervencionista norte-americano visse naquilo um perigo à sua segurança.

Não à toa se lançaram contra os segmentos do catolicismo latino-americano que se abriam para a resolução dos dilemas sociais vivenciados em seus respectivos países. Este artigo procurou elucidar as desconfianças iniciais da Casa Branca contra o clero católico da América Latina. Em seguida, descortinou algumas estratégias e operações que foram desencadeadas a fim de frear o avanço da Teologia da Libertação nascida na Igreja latino-americana. Certamente, será de grande valia que futuras pesquisas analisem com minúcia a eficácia e os limites dessas estratégias e operações que visaram o desmantelamento da Teologia da Libertação na América Latina.

### Referências Bibliográficas

AYERBE, Luis. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta do nosso Tempo*. São Paulo: Objetiva, 1996.

BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. *As revoluções utópicas dos anos 60: a revolução estudantil e a revolução política na Igreja*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONCLUSÕES DE MEDELLÍN. II Conferência do Episcopado Latino-americano. São Paulo: Paulinas, 1968.

DREIFUSS, René. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOMES, Paulo. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOTAY, Samuel. *O pensamento cristão revolucionário na América Latina e no Caribe: implicações da teologia da libertação para a sociologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A Força Histórica dos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LIBÂNIO, João. *Igreja contemporânea - Encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Loyola, 1987.

LIMA, Décio. *Os demônios descem do Norte*. São Paulo: Francisco Alves, 1987.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATIJASCIC, Vanessa. *El Salvador: da guerra civil às reformas institucionais dos anos 1990*. Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Sérgio. *Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977)*. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Wellington. *Catolicismo e o golpe de 1964*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SOUSA, Jessie. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

Recebido em: 10 de outubro de 2020

Aprovado em: 29 de outubro de 2020